



Acordos internacionais contra fraude fiscal vão ao Plenário

Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem dois tratados assinados pelo governo brasileiro para o intercâmbio de informações tributárias com o Reino Unido e a Suíça

Acordos assinados pelo governo brasileiro para o intercâmbio de informações tributárias com a Suíça e o Reino Unido foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e seguem agora ao Plenário.

Acordos de troca de informações são incentivados pelo G-20 e pela Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os tratados tentam inibir a fraude e a evasão fiscal e endurecer as legislações que permitem o planejamento fiscal abusivo.

Armando Monteiro, relator do acordo com a Suíça, e Flexa Ribeiro, do texto com o Reino Unido, afirmaram que ambos os países são

conhecidos pela representatividade que possuem nas operações financeiras internacionais. Também destacaram que a efetivação dos tratados atende os interesses brasileiros, levando em conta preocupações relativas a lavagem de dinheiro, fraudes, evasões e elisões fiscais, que acabam por erodir o Orçamento. **3**

Convidados de sessão especial pedem política pública para indígenas

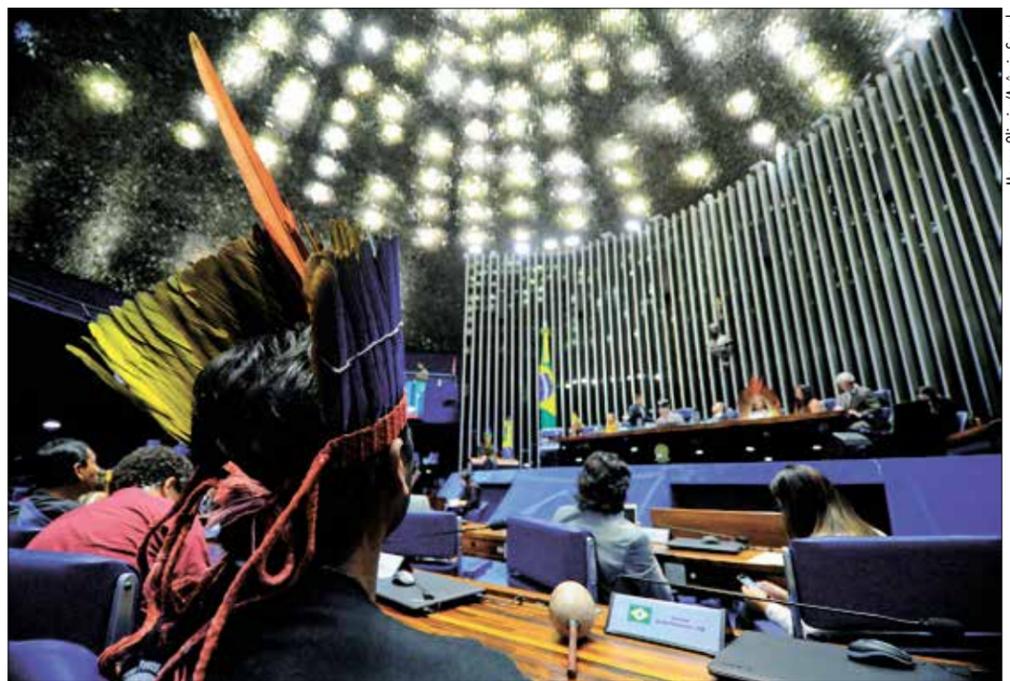
Políticas públicas de saúde, trabalho e educação voltadas para as comunidades indígenas foram reivindicadas ontem em Plenário, quando o Dia do Índio foi comemorado em sessão especial do Senado.

Representantes de várias etnias indígenas e senadores pediram mais união entre os povos, fim de cortes de gastos na área social, mais verbas para a Funai e acesso às escolas e universidades para

capacitar os índios a atuar diretamente nas decisões que regem o país.

Também destacaram que uma das maiores dificuldades que os indígenas enfrentam é o desrespeito à demarcação de terras.

Segundo os participantes da sessão, empresários dificultam a permanência dos povos em locais que têm grandes recursos naturais, como cassiterita, ouro e nióbio. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Em sessão especial em Plenário que homenageou o Dia do Índio, comemorado ontem, foram defendidos direitos

Debate propõe política permanente para migração

Adoção de uma política permanente para questões migratórias, melhoria da estrutura para o atendimento a imigrantes e maior articulação entre os órgãos públicos em todas as esferas foram algumas das recomendações

feitas ontem por convidados de uma audiência pública. O encontro debateu a medida provisória sobre o atendimento de imigrantes que chegam ao Brasil fugindo de crises humanitárias, como os venezuelanos. **4**



Raquel de Sá/Agência Senado

Presidente da comissão mista que analisa a MP, Paim preside audiência sobre atendimento emergencial a imigrantes

Comissão discute eleições hoje e foca abstenções

O processo eleitoral deste ano é o assunto da audiência que a Comissão de Direitos Humanos promove hoje. A intenção é discutir os índices de abstenção, votos brancos e nulos. **4**

Estados precisam arrecadar mais, aponta audiência

Convidados da Comissão de Direitos Humanos defenderam aumento e redistribuição da arrecadação como solução para o alto endividamento dos estados. **3**

Aposentado por aids pode ficar livre de perícia

Aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais, segue para a Câmara um projeto que dispensa de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez. **4**

Indicado à embaixada na Coreia do Sul é aprovado em comissão

O Brasil deve ter novo titular na embaixada em Seul. O nome do diplomata Luís Henrique Sobreira Lopes foi aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e seguiu para o Plenário. Durante a

sabatina, o indicado mostrou preocupação com a assimetria na relação comercial entre os dois países e com as barreiras impostas pelos coreanos, ligadas a questões sanitárias e culturais. **3**



Pedro França/Agência Senado

Lopes fala durante sabatina comandada por Collor, presidente do colegiado

Saque do FGTS por quem se demite vai ao Plenário **3**

Lei regulamenta profissão de arqueólogo **2**

No Dia do Índio, senadores pedem garantia de direitos

Em sessão especial, parlamentares e representantes de diversas etnias reivindicaram políticas públicas de educação, trabalho e saúde voltadas aos povos indígenas, mais verbas para a Funai e diálogo

O SENADO COMEMOROU ontem, em sessão especial, o Dia do Índio, quando parlamentares e representantes de diversas etnias indígenas reivindicaram políticas públicas de educação, trabalho e saúde voltadas às comunidades.

Telmário Mota (PTB-RR), autor do requerimento da sessão, reconheceu haver desunião entre os povos. Na opinião do senador, que se denomina indígena, os índios estão se submetendo ao poder econômico e se enfraquecendo. As etnias devem se unir, pois, do contrário, continuarão sem provar que são capazes e preparadas para conduzir os destinos dos seus povos em todos os setores, afirmou:

— Estamos individualistas, perdendo a essência do sentimento cooperativista, do sentimento de irmão, por conta de muitas lutas e anseios que não têm avanço.

A estudante Maíra Bentes

Tapuia ingressou no curso de medicina na Universidade Federal do Tocantins por meio das cotas indígenas. Ela registrou que o sistema de cotas foi implantado com muita luta.

— Nós, povos indígenas, podemos ter voz, domínio e propriedade intelectual do conhecimento branco para nos defender, defender nossas terras. A dificuldade que temos é imensa. E necessitamos equivaler os nossos conhecimentos, equalizar e sanar essas dificuldades — reclamou.

Segundo Maíra, a invasão de terras indígenas é tratada como crime ambiental, o governo não trata como invasão de lar.

Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Marcos Terena disse que empresários dificultam a permanência dos povos indígenas nas terras demarcadas, pois os locais habitados têm grandes recursos naturais.

Para o subprocurador-geral

da República Rogério Navarro, a chave para sanar os problemas que os povos indígenas enfrentam está no diálogo.

— Um diálogo que, infelizmente, não está ocorrendo nas bases corretas. Um instrumento normatizado, positivado no direito brasileiro, é a consulta prévia, estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que não está sendo cumprida em terras brasileiras.

Segundo Fátima Bezerra (PT-RN), está sendo feito um desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai) pelo governo do presidente Michel Temer. De acordo com a senadora, a entidade recebeu R\$ 7,5 milhões em 2018, quantia 23% menor do que em 2015, com Dilma Rousseff.

— Para se ter uma ideia da força contra as comunidades, há mais de 100 projetos que retiram os direitos dos índios tramitando no Congresso.

Paulo Paim (PT-RS) deixou a tribuna para pedir, de joelhos, perdão ao povo indígena.

Telmário informou que existem 8 milhões de indígenas, em sua maioria na região da Amazônia, antes de 1500. Atualmente são 900 mil indígenas declarados, em 305 etnias.

— Os ruralistas entendem que os povos indígenas não podem ter área demarcada. Nós temos 12%, quando 100% eram dos povos indígenas.



Anastasia, Mitsui, Eunício e Viana no Memorial da Paz de Hiroshima

Eunício Oliveira homenageia vítimas da bomba de Hiroshima

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, e os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) — que integram a delegação de parlamentares brasileiros em visita oficial ao Parque do Memorial da Paz de Hiroshima.

O local é dedicado às vítimas da bomba atômica que

devastou a cidade em 6 de agosto de 1945 durante a 2ª Guerra Mundial.

Os senadores se uniram ao prefeito de Hiroshima, Kazumi Matsui, para a cerimônia da oferta floral. Em seguida, ouviram o relato de Yoshiko Kajimoto, sobrevivente à explosão da bomba atômica.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Paulinho Paikã, Tuire Kayapó, Maíra Tapuia, Telmário, Terena e Álvaro Tukano

Lei sancionada regulamenta a atividade de arqueólogo

Foi regulamentada a profissão de arqueólogo pela Lei 13.653, de 2018, sancionada com vetos por Michel Temer, e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. Foi vetada a exclusividade do desempenho das atividades a profissional da área. A lei tem origem no PLS 1/2014, aprovado em 2015 no Senado e em 2017 na Câmara.

Pela justificativa do veto, o dispositivo sobre exclusividade poderia levar à interpretação de que todas as atividades arroladas na lei seriam de exercício privativo o que, para Temer, entra em conflito com o livre exercício profissional.

Cássio Cunha Lima recebe Conselho de Contabilidade

O presidente do Senado em exercício, Cássio Cunha Lima, recebeu ontem o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, que apresentou o projeto Abraçando o Controle Social, de estímulo ao trabalho voluntário dentro da categoria.

Ele defendeu a aprovação de projetos que atingem o setor, como o que altera o Código Comercial, o que cria o Código de Defesa do Contribuinte e o da Lei de Finanças Públicas.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada para pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

CDH Votos brancos, nulos e abstenções

9h30 Audiência interativa sobre o processo eleitoral de 2018, com foco no combate ao voto branco, nulo e à abstenção.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burel

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Acordos internacionais podem coibir fraude fiscal

Tratados assinados pelo governo brasileiro para o intercâmbio de informações tributárias com a Suíça e o Reino Unido foram aprovados na Comissão de Relações Exteriores e seguem para o Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem dois acordos assinados pelo governo brasileiro para o intercâmbio de informações tributárias com a Suíça (PDS 179/2017) e o Reino Unido (PDS 25/2018). Os dois acordos seguem agora ao Plenário.

Os relatores na CRE — Armando Monteiro (PTB-PE), no acordo com a Suíça, e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), com o Reino Unido — destacaram que a efetivação dos tratados atende os interesses brasileiros, levando em conta preocupações relativas a fraudes, evasões e elisões fiscais, que acabam por erodir o Orçamento.

— Além de aumentar a transparência, esses acordos abrem espaço para outros visando evitar a dupla tributação. Podem garantir isonomia ao investidor brasileiro no exterior em relação aos concorrentes estrangeiros, estimular investimentos recíprocos e oferecer ganhos de competitividade numa estratégia de internacionalização das empresas — pontuou Armando.

Flexa acrescenta que esse tipo de tratado preserva o direito de qualquer um dos países em negar a informação, caso essa revelação viole suas leis internas.

Um acordo semelhante, com a Ilha de Jersey, foi aprovado na semana passada na Câmara. O PDS 35/2018 será agora analisado pelo Senado.

Os acordos são exemplos



Collor preside a Comissão de Relações Exteriores, que aprovou os acordos

de ações que o Brasil e a comunidade internacional têm adotado nos últimos anos para buscar garantir a transparência e a estabilidade do mercado de finanças global.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), membro da CRE, são esses acordos bilaterais que viabilizam o funcionamento da economia global. A forma como a troca de informações é feita — por pedidos específicos, e não por fiscalizações periódicas ou indiscriminadas — permite que os países mantenham sua autonomia e não afeta o mercado empresarial, disse.

— Essa é a maneira de se respeitar a soberania dos países.

Acordos de troca de informações são incentivados pelo G-20 e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os tratados tentam inibir a fraude e a evasão fiscal e endurecer as legislações que permitem o planejamento fiscal abusivo.

Tanto a Suíça quanto Jersey já foram listadas pela OCDE

como paraísos fiscais — países que facilitam a entrada de capital externo ao oferecer taxas mínimas de impostos a estrangeiros. Esses refúgios fiscais costumam garantir sigilo bancário a quem lá investe.

Evasão

Um estudo do grupo Tax Justice Network, de 2014, apontou que o Brasil é o segundo país com maior índice de evasão tributária, perdendo apenas para a Rússia. No ano passado, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional estimou que mais de R\$ 500 bilhões foram sonegados.

O anonimato permitido pelos paraísos fiscais, contudo, está chegando ao fim. Mais de 100 países já assinaram a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária — texto da OCDE, atualizado em 2010 a pedido do G-20, que busca fortalecer a cooperação e o combate à evasão tributária, à ocultação de ativos e à lavagem de dinheiro.

Brasil deve ter novo embaixador em Seul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Luís Henrique Sobreira Lopes para o cargo de embaixador do Brasil na Coreia do Sul. A indicação será agora analisada pelo Plenário do Senado.

Ele apontou a assimetria na relação comercial entre os dois países: o Brasil exporta produtos primários, enquanto importa da Coreia do Sul itens de alto valor agregado, como automóveis e equipamentos ligados à tecnologia de informação.

Além das diferenças nas pautas exportadoras, ele admite ser preciso superar as barreiras impostas pelos coreanos. Estas são tanto efetivas, ligadas a regras sanitárias, quanto culturais.

Em relação a restrições de ordem sanitária, o diplomata entende que elas constituem um protecionismo disfarçado por parte dos coreanos, pois regulações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) impedem que sejam adotadas barreiras tarifárias.

Esse bloqueio se dá por razões culturais, pois ainda que o agronegócio não seja

significativo na Coreia do Sul (corresponde a 2,5% do PIB), ele é muito valorizado socialmente, pois está ligado à manutenção de tradições milenares. E essas restrições sanitárias, como detalhou o diplomata, não se restringem à carne. Eventualmente são alegadas também em relação à importação de café.

Indagado pelo relator da indicação, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), sobre a situação política da Coreia do Sul, o diplomata explicou que o país tem passado por um processo recente de combate à corrupção. O poder público sempre foi umbilicalmente ligado às grandes empresas privadas, com “troca de favores e intimidade excessiva” entre esses setores, disse.

— Existe um consenso na sociedade coreana de que essa realidade precisa mudar, 80% da sociedade apoia o combate à corrupção.

Coreia do Sul

- » Área: 99.720 km²
- » Capital: Seul
- » População: 51,24 milhões
- » PIB per capita: US\$ 31.057
- » Exportações brasileiras: US\$ 2,88 bilhões
- » Importações brasileiras: US\$ 5,45 bilhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Plenário avaliará saque do FGTS por trabalhador que se demite

O Plenário do Senado dará a palavra final sobre o projeto que permite o saque integral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de pedido de demissão do trabalhador (PLS 392/2016). Só depois disso o texto poderá ser encaminhado à Câmara.

A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na semana passada e, por ter decisão final no colegiado, poderia seguir direto

à Câmara dos Deputados. Porém, 16 senadores do PMDB, PSDB, PRB, PSD, PP e PR assinaram recurso para que a proposta seja votada antes pelo Plenário do Senado.

Hoje o saque total do FGTS só é permitido quando o trabalhador é demitido sem justa causa. Para a autora do projeto, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), a mudança seria um avanço em favor dos trabalhadores.

Convidados defendem fatia maior de tributos para estados

Maior participação na arrecadação de impostos, aumento de tributos para rendas mais altas e aprovação do projeto que muda o reajuste de empréstimos. Essas foram sugestões de convidados do debate de ontem na Comissão de Direitos Humanos que discutiu a crise financeira dos estados.

O representante do sindicato dos analistas tributários da Receita Federal, José Carlos Mazzei, afirmou que a gestão centralizada do regime militar, o financiamento com empréstimos externos, o Plano Real, que eliminou os ganhos inflacionários, as altas taxas de juros e as operações de salvamento dos bancos estaduais, cujas dívidas ficaram com os estados, são as principais causas da crise:

Outra causa seria a Lei Kandir, que desonerou diversos setores, sem compensação das perdas dos estados por falta de regulamentação.

A cobrança do serviço da dívida também agravou a situação, ressaltou o ex-deputado federal Hermes Zaneti.

O vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a dívida dos estados é impagável. Ele citou o Rio Grande do Sul, que contraiu uma dívida de R\$ 9 bilhões, pagou R\$ 28 bilhões e ainda deve R\$ 58 bilhões. Uma das saídas, disse o senador, é aprovar o projeto que muda a forma de reajuste de empréstimos aos estados. O PLS 561/2015 — Complementar tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Paim (C) dirige o debate realizado pela Comissão de Direitos Humanos

Texto do Estatuto do Trabalho sai em maio, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que apresentará em maio proposta para o Estatuto do Trabalho.

O texto, disse, será uma resposta ampla e responsável à reforma trabalhista. A proposta em elaboração, afirmou, vai abraçar a relação capital e trabalho de forma equilibrada para incluir avanços nas leis trabalhistas. Fortalecer valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e buscar mais segurança jurídica entre empregados e empregadores estão entre os objetivos, disse o senador.

Vicentinho vai disputar governo do Tocantins

Vicentinho Alves (PR-TO) comunicou ontem que vai se licenciar para disputar as eleições suplementares de Tocantins, em 3 de junho. Ele informou que, a princípio, vai se afastar por 40 dias, a partir de 24 de abril.

— A campanha será rápida, pouco mais de 30 dias. Eu poderia até continuar e me ausentar por alguns dias, mas prefiro me licenciar para me dedicar integralmente à campanha.

Wellington destaca regularização fundiária em MT

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou a realização ontem em Cuiabá de uma audiência conjunta da Comissão de Agricultura do Senado (CRA) e da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Segundo o senador, a reunião marcou a concessão de títulos de propriedade e de doação de áreas urbanas à prefeitura de Cuiabá e ao município de Alto Paraguai (MT).

Wellington anunciou o início um estudo de georreferenciamento para titulação definitiva de terras. A titulação deve atender mais de 70 mil pessoas instaladas no estado desde a década de 70.



Roque de Sá/Agência Senado

Lopes critica demora de recursos para intervenção

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu na quarta-feira a intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro, mas criticou a demora para a liberação de recursos para implementar as ações no estado.

O senador disse que os atrasos nos repasses são atribuídos ao excesso de burocracia e à Casa Civil da Presidência da República, que tem parte da responsabilidade por esses atrasos.

— Essas demoras são injustificadas — frisou.

O senador também comentou a instalação da CPI dos Cartões de Crédito.



Roque de Sá/Agência Senado

Wilder pede votação urgente de projetos sobre segurança

“Peço urgência para que sejam aprovados os projetos de segurança pública que mudarão a vida dos brasileiros e estão na pauta”, disse ontem Wilder Moraes (DEM-GO). O senador citou o PLS 248/2017, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), que destina 2% da arrecadação bruta das loterias para os fundos de segurança pública dos estados, o PLS 580/2015, de Waldemir Moka (PMDB-MS), que institui a obrigação de o preso ressarcir os gastos do Estado com a sua manutenção, e o PLS 141/2018, de sua autoria, que altera as regras sobre saídas temporárias de condenados e nos critérios para a concessão de indulto.



Roque de Sá/Agência Senado

Debate pede mais estrutura no acolhimento a imigrante

Participantes de audiência pública sobre medida provisória recomendaram ações como a criação de política permanente sobre migração e a designação de uma autoridade específica para tratar questão

ESTRUTURA PARA O atendimento a imigrantes, articulação entre os órgãos públicos e adoção de uma política permanente para questões migratórias foram as recomendações de especialistas que participaram de audiência pública ontem na comissão mista que analisa a medida provisória sobre o acolhimento a imigrantes no Brasil.

A MP 820/2018 foi editada pelo governo em razão do grande número de venezuelanos que chegam ao Brasil, principalmente em Roraima.

O secretário de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Procuradoria-Geral da República, André de Carvalho Ramos, recomendou a criação de estrutura para a política de acolhimento, com a designação de autoridade específica para assuntos de migração.

— É necessário que usemos os recursos para criar uma estrutura permanente. Esse tipo de afastamento e a ausência de estrutura agravam a situação.

A coordenadora do Conectas Direitos Humanos, Camila Asano, também defendeu a estrutura e disse que o mundo enfrenta a mais intensa onda migratória desde a 2ª Guerra.

Para o representante do grupo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Defensoria Pública da União (DPU), Leonardo Magalhães, a difi-



Imigrantes venezuelanos são atendidos pelo Exército em Boa Vista

culdade no enfrentamento da crise reflete a estrutura deficiente dos serviços públicos. Ele defendeu maior articulação entre os poderes públicos e ressaltou que a DPU é contra o fechamento da fronteira com a Venezuela.

— Essa MP vem efetivar os princípios da Lei de Imigração. A União precisa se envolver mais com a situação.

Embrião

A assessora da Missão Paz Letícia Carvalho pediu envolvimento do governo federal.

— Precisamos lembrar que essas pessoas estão migrando de forma forçada. A MP é uma oportunidade para o acolhimento se desenvolver, como um embrião para uma política nacional migratória.

A diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos,

irmã Rosita Milesi, defendeu sugestões de alteração à MP apresentadas por ONGs e manifestou apoio a uma emenda para a regularização migratória, sugerida pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

A audiência foi dirigida pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). O senador fez um relato das atividades do colegiado, que tem o deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR) como relator, e disse esperar que a MP colabore para o surgimento de uma legislação à altura da situação migratória que hoje o Brasil enfrenta.

A vice-presidente da comissão, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), disse que vai trabalhar para que a MP seja aprovada logo. Ela pediu a adoção de uma política de emprego relacionada ao atendimento aos migrantes.

Medeiros: sistema de segurança pode tirar lições do SUS

O Congresso precisa aprender com os erros cometidos na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) para não repeti-los ao votar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), afirmou José Medeiros (Pode-MT).

O texto (PLC 19/2018) está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— A legislação que regula o SUS é perfeita, as regulamentações são extraordinárias, mas quando o cidadão vai ter o atendimento lá na ponta, não é o que acontece — disse.

Para o senador, é preciso equipar e, principalmente, capacitar os policiais.



Jonas Pereira/Agência Senado

Para Lindbergh, Brasil vive um golpe continuado

Em pronunciamento na quarta-feira, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o cenário político do país é o de um “golpe continuado”. Ele criticou o governo de Michel Temer e disse que as ações do Executivo são um retrocesso em relação aos avanços sociais e econômicos anteriormente conquistados.

Para o senador, os últimos dois anos configuram a continuidade do golpe, com prejuízo para a população mais pobre.

— É um escândalo. No ano passado, 1,5 milhão de pessoas passaram para a pobreza extrema. Pobreza que havia baixado nos nossos governos.



Roque de Sá/Agência Senado

Avança dispensa de perícia para aposentado por aids

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira, em turno suplementar, uma proposta que dispensa de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.

O texto é um substitutivo do senador Romário (Pode-RJ) ao PLS 188/2017, de Paulo Paim (PT-RS). A proposta poderá seguir para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para que seja votada pelo Plenário do Senado.

De acordo com Romário, o texto foi proposto pela Arti-

culação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANS DH), uma entidade que luta por direitos das pessoas que vivem com HIV/aids. O senador ressaltou que, para ser aposentada por invalidez, uma pessoa já passou por diversos períodos de auxílio-doença, o que atesta a degradação de sua saúde e a irreversibilidade dessa condição.

Durante a discussão do projeto, no início do mês, Paim lembrou que dois funcionários de seu gabinete, portadores do vírus HIV, morreram. Eles haviam recebido alta dos

peritos, após reavaliações compulsórias.

No relatório, Romário reforçou que um eventual retorno à atividade após a desaposentação “pode ser muito difícil, com consequências danosas para a subsistência da pessoa, sua saúde e qualidade de vida”.

Romário citou ainda casos relatados por integrantes da ANSDH de pessoas que vivem com HIV/aids e que estão deixando de tomar a medicação para apresentar piora clínica, pelo medo de perder a aposentadoria por invalidez.

Comissão vai discutir combate à abstenção eleitoral

O processo eleitoral de 2018, com foco no combate à abstenção, ao voto branco e ao voto nulo, é tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), hoje, às 9h30.

Foram convidados para o debate o diretor de Docu-

mentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz, o fundador do site Congresso em Foco, Sylvio Costa, o ex-ministro da Justiça e representante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eugênio Aragão, e o

representante do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, Gustavo Severo, entre outros.

O pedido para o debate é do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Julgamento de Lula foi orquestrado, afirma Regina

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Regina Sousa (PT-PI) defendeu quarta em Plenário a visita de 11 senadores ao ex-presidente Lula, preso em Curitiba. A senadora sublinhou que a diligência, na terça-feira, tinha sido aprovada pela comissão. Ela destacou a preocupação dos senadores com o resultado de um julgamento “orquestrado”.

— A lei é para alguns, quando se quer eliminar essas pessoas — declarou.

Regina também chamou de “gol de placa” do MTST a invasão do triplex do Guarujá (SP), objeto do processo em que Lula foi condenado.



Roque de Sá/Agência Senado